

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF/CAMPUS GV
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

DANIELE DE PAULA LIBERATO

GOVERNANÇA E POBREZA: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES

Governador Valadares

2017

DANIELE DE PAULA LIBERATO

GOVERNANÇA E POBREZA: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora- Campus Governador Valadares, como requisito parcial para obtenção de título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Manoel Dias Ribeiro.

Governador Valadares

2017

Liberato, Daniele de Paula.

GOVERNANÇA E POBREZA: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES /
Daniele de Paula Liberato. -- 2017.

56 p.

Orientador: Hilton Manoel Dias Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2017.

1. Pobreza. 2. Governança. 3. Países. I. Ribeiro , Hilton Manoel
Dias , orient. II. Título.

DANIELE DE PAULA LIBERATO

GOVERNANÇA E POBREZA: UMA ANÁLISE PARA PAÍSES

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares, como requisito parcial para obtenção de título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Governador Valadares, 10 de MAIO de 2017.

BANCA EXAMINADORA:



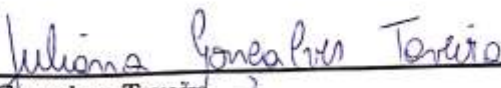
Prof. Hilton Manoel Dias Ribeiro – Orientador

UFJF-GV



Prof. Amanda Ferrari Uceli

UFJF-GV



Prof. Juliana Gonçalves Taveira

UFJF-GV

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Iniciação Científica e ao Grupo de Estudos Econômicos Aplicados (GEEA) da UFJF-GV, pela oportunidade indispensável para a realização deste trabalho.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Hilton Manoel Dias Ribeiro, pelo apoio, suporte e incentivo, cruciais na minha decisão de continuar os estudos e alcançar este resultado. Por contribuir diretamente para a elaboração desta monografia.

A todos os professores que foram essenciais neste processo de construção de conhecimento.

A todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito nesta caminhada de quatro anos, deixo meus sinceros agradecimentos.

À minha mãe, Rosangela, meu pai, Daniel, e meus irmãos, Ana Kellen, Daniel e Keit, pela força, carinho e compreensão. Vocês sempre me impulsionam. Muito obrigada!

RESUMO

Devido à premissa de que boa governança é um instrumento importante para o combate à pobreza, torna-se relevante entender como essas grandezas se relacionam. O objetivo foi analisar a relação entre governança e pobreza dos países, não apenas no seu enfoque absoluto, índice de incidência de pobreza e renda, mas também no conceito multidimensional, avaliada através das dimensões de saúde e educação. Os dados utilizados são do Banco Mundial e compreendem o período de 1996 a 2014. O método utilizado foi o de dados em painel. Os principais resultados sugerem que a governança, retratada pelo indicador de voz e responsabilidade, tem uma associação positiva com a expectativa de vida e negativa com a taxa de pobreza. Assim, melhores indicadores de governança, os quais se integram ao ambiente institucional dos países, podem ter impactos sobre a saúde, proporcionando a redução da pobreza. Isto indica que participação da população e aspectos institucionais relacionados à liberdade são elementos importantes para o desenvolvimento e superação das privações, promovendo a redução da pobreza em seu aspecto multidimensional.

Palavras-chave: Pobreza; Governança; Países.

ABSTRACT

Due to the premise that good governance is an important instrument for combating poverty, it is relevant to understand how these greatness relate. The objective was to analyze the relationship between governance and countries' poverty, not only in their absolute focus, poverty incidence and income index, but also in the multidimensional concept, evaluated through the dimensions of health and education. The data used are from the World Bank and cover the period 1996 to 2014. The method used was panel data. The main results suggest that governance, portrayed by the voice and accountability indicator, is positively associated with life expectancy and negative with the poverty rate. Thus, better governance indicators, which integrate with the institutional environment of the countries, can have health impacts, providing poverty reduction. This indicates that population participation and institutional aspects related to freedom are important elements for the development and overcoming of deprivations, promoting the reduction of poverty in its multidimensional aspect.

Key-words: Poverty; Governance; Countries.

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Da abordagem focada na renda a abordagens multidimensionais da pobreza.....	12
2.2 Governança e pobreza.....	18
2.3 Governança e pobreza: evidências empíricas	23
3. MÉTODOS E BASE DE DADOS	28
3.1 Base de dados.....	28
3.2 O Modelo Empírico	32
3.3 Os Modelos Econométricos	33
3.2.3 Cortes transversais agrupados (Pooled)	35
3.2.4 Modelo de Efeitos Fixos	35
3.2.5 Modelo de Efeitos Aleatórios.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
APÊNDICES	45
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza tem sido alvo de diversas discussões na literatura recente (Barros, 2000; Sen, 2001; Comim e Bagolin, 2002; Rocha, 2003; Lopes et al, 2005; Machado, 2007; Diniz e Diniz, 2009), uma vez que este é um fenômeno que ainda assola diversos países. De acordo com os dados do relatório Pobreza e Prosperidade Partilhada do Banco Mundial (2016), estimativas de pobreza revelam que 767 milhões de pessoas no mundo viviam abaixo da linha de pobreza de US\$ 1,90, em 2013. Assim, a cada 100 pessoas no mundo, cerca de 10 se caracterizavam como pobres pelo índice de incidência observado. Os dados ainda mostram que o índice de pobreza teve uma queda se comparados ao ano de 2012, entretanto, a taxa permanece elevada.

Dada à relevância do tema, estudos acadêmicos e agências multilaterais de desenvolvimento procuram identificar o padrão da pobreza e como este é definido, além de identificar e analisar as possíveis políticas públicas para atenuar a inóxia nos diversos países.

Dentre as abordagens da pobreza desenvolvidas ao longo dos anos, podem-se citar a pobreza absoluta, a relativa, a de necessidades básicas e a privação de capacidades de Amartya Sen¹. Dadas as considerações do Relatório Anual sobre o Desenvolvimento, do Banco Mundial (2001), que se desviam da visão estritamente econômica do desenvolvimento, passou a ser consensualmente aceito que a renda é relevante, mas que sozinha não é capaz de definir pobreza em uma sociedade. Ou seja, a pobreza é um fenômeno multidimensional.

Dentre as diferentes abordagens para mensurar pobreza, a mais utilizada no Brasil, como evidenciado por Soares (2009), é a abordagem da renda que visa estabelecer uma linha de pobreza, que classifica a população como pobre ou não a partir de um critério binário, em que as pessoas que possuem a renda abaixo do ponto de corte são consideradas pobres. Por outro lado, os métodos que utilizam linhas de pobreza relativas e subjetivas são mais explorados em estudos nos países da Europa, e que abordagens multidimensionais são intensamente usadas em pesquisas dos demais países da América Latina (e.g. Colômbia, Equador e Venezuela) até então não muito trabalhadas no Brasil.

¹O autor contribui expressivamente para o enfrentamento de problemas relacionados à pobreza. Desenvolveu a abordagem das “capacidades” que legitimou a ação proposta do Banco Mundial de novas políticas de financiamento, baseadas na reforma do Estado e da gestão pública (governança).

Neste contexto, a redução da pobreza ganhou ênfase na nova estratégia de desenvolvimento de agências multilaterais. Assim, surge uma nova orientação de desenvolvimento do Banco Mundial, legitimada pela abordagem das capacidades de Sen, ao se voltar para o desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento com redução da pobreza e desigualdade. Este movimento ocorre devido à necessidade de justificar os resultados das reformas econômicas sugeridas pelo banco sobre a África Subsaariana, que causaram aprofundamento da pobreza nesta região. Assim, o banco ressaltou que o problema foi consequência da carência institucional do Estado, uma vez que estes países passavam por uma crise de governança (MARANHÃO, 2009, p. 56).

Entre os trabalhos nacionais geralmente não se encontram investigações empíricas que propõem analisar a relação entre governança e pobreza. As contribuições de destaque sobre pobreza são de Rocha (2004), que apresenta uma análise da pobreza e indigência, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para investigação comparativa entre os anos de 2003 e 2004. Na linha das necessidades destacam-se os trabalhos Silveira et al (2007) e Kageyama e Hoffmann (2006) que buscam uma nova metodologia para definir linhas de pobreza, ao incluir outras dimensões. Das pesquisas que se baseiam na teoria das capacidades, formulada por Amartya Sen, para o enfoque do caráter complexo da pobreza, podem-se destacar os trabalhos de Comim e Bagolin (2002), Lopes et al (2005), Diniz e Diniz (2009) e Silva e Neder (2010).

Já na literatura internacional é possível encontrar evidências favoráveis à hipótese de que práticas de boa governança reduzem a pobreza, como os estudos de Hasan et al (2007) e Moore et al (1999). O último indica que um bom governo está relacionado à maior dependência dos países de recursos próprios, assim, os países que adotam a melhor maneira de governar contribuem para redução da pobreza.

Podem-se citar ainda estudos de Moore et al (1999), Hasan et al (2007), Cuestas e Intartaglia (2016), Cepparulo et al (2016) e Bardhan (2005) que focam na análise estática da questão e que, com exceção do último, buscam captar o efeito da governança sobre a pobreza utilizando o índice de incidência de pobreza e indicadores institucionais. Os trabalhos de Perera e Lee (2013), Cuestas e Intartaglia (2016) e Cepparulo et al (2016) atuam no mesmo sentido, entretanto, buscam captar o efeito ao longo do tempo através da análise de painel. Deve-se considerar ainda que Bardhan (2005) faz importante contribuição ao considerar o efeito da governança sobre renda, saúde e educação, partindo da perspectiva que o estímulo ao desenvolvimento humano pode ser um meio para a redução da pobreza.

Sen (2001) argumenta que são considerados “funcionamentos” (conquistas e realizações), essenciais para ter uma vida digna: promover maior longevidade, evitando a morte prematura, e o acesso ao conhecimento, por meio da educação básica. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre governança e pobreza dos países, não apenas considerando o enfoque absoluto, taxa de pobreza e renda, mas também englobando seu conceito multidimensional, avaliada através das dimensões de saúde e educação. Os dados utilizados são do Banco Mundial e compreendem o período de 1996 a 2014. Para compreender as relações propostas ao longo do tempo, lança-se mão da metodologia de dados em painel. Esta análise se justifica na medida em que corrobora as limitações da abordagem baseada exclusivamente na renda e reforça a importância da abordagem das capacitações de Amartya Sen, que legitimou novas concepções de desenvolvimento e fortaleceu a doutrina da boa governança.

A hipótese testada é que melhores indicadores institucionais de governança, os quais fazem parte do ambiente institucional dos países, têm impactos diretos sobre a renda, saúde e educação. Especificamente, países com maior participação da sociedade na política tendem a ter melhores indicadores de desenvolvimento, o que impacta diretamente na dimensão da pobreza.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2 se divide em três tópicos. O tópico 2.1 apresenta as diferentes abordagens da pobreza, mostrando que a concepção da renda é relevante, mas que os autores que exploram o assunto consideram importante incorporar outras privações, como o acesso a saúde e educação; o tópico 2.2 apresenta a doutrina da boa governança e sua relação com a pobreza; o tópico 2.3 apresenta algumas evidências empíricas. O Capítulo 3 aborda a metodologia e a base de dados. O Capítulo 4 traz os resultados e discussões. Por fim, no Capítulo 5 têm-se as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Da abordagem focada na renda a abordagens multidimensionais da pobreza

O conceito de pobreza tem sido alvo de diversas discussões na literatura ao longo do tempo. Começando da abordagem que entende pobreza como situação de baixa renda, que leva a incapacidade de conseguir condições mínimas de subsistência, até abordagens que atualmente estão em voga, pois consideram seu caráter multidimensional. Rocha (2003) assume que os países são heterogêneos no que diz respeito à cultura e renda, portanto ao tentar definir pobreza é necessário considerar estas peculiaridades.

A pobreza e a desigualdade são fenômenos que podem ser observados na evolução das sociedades. Segundo Rocha (2003), na década de 1970 a atenção global se voltava para estes fenômenos. A redução da pobreza e desigualdade ganhou ênfase na nova estratégia de desenvolvimento de agências multilaterais, visto que os países sofriam com o impacto da desigualdade social e a questão distributiva não acompanhava as taxas de crescimento do PIB. Como abordado por Machado (2006, p.30): “em pleno final do século XX, a pobreza deixa de ser uma questão residual nos países desenvolvidos para entrar novamente na agenda política governamental”.

A pobreza pode ser caracterizada de formas diversas, neste sentido:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS, 2000, p.2).

Já para Rocha (2003, p. 9) pobreza é “(...) um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. O que retrata uma definição de pobreza depende de peculiaridades de cada região, envolvendo não só dificuldades atreladas à renda, mas também aos costumes e valores da sociedade.

Na literatura identificam-se quatro abordagens principais de concepção da pobreza: absoluta, relativa, necessidades básicas e privação de capacidades. De acordo com Rocha

(2003), considerando a renda como medida de pobreza, a absoluta refere-se à incapacidade de suprir necessidades nutricionais indispensáveis para manutenção da vida, a medida de pobreza por esta perspectiva é a linha de indigência ou linha de pobreza.

Barros (2000) sugere que ao tratar a pobreza em termos de insuficiência de renda, carece a identificação da população pobre através da criação de uma medida que retrate a realidade desta parcela da sociedade, introduzindo assim a ideia de linha de pobreza e/ou indigência. Esta linha divisória estabelece um nível de renda que permite determinar como pobres e/ou indigentes as pessoas com renda abaixo dela.

Sen (2001) faz algumas observações acerca da taxa de incidência, que é a proporção de pessoas determinadas pobres pela linha de pobreza. O autor indica uma lacuna no uso deste índice, que se tornou relevante para investigações em estudos mais recentes. Assim, determinar a parcela do total de indivíduos de um território classificados como pobres por se encontrar abaixo da linha de pobreza, não deixa explícito a possibilidade de encontrar desigualdade de renda entre eles, pode existir pessoas mais pobres que outras. Ou seja, a taxa de incidência deixa de fora de sua análise à questão distributiva, que o autor julga ser de extrema importância ao se analisar a pobreza.

Neste aspecto, Comim e Bagolin (2002) ressaltam que a política antipobreza pode não atingir os grupos mais miseráveis, o que a torna insatisfatória neste ponto, “É muito mais ‘eficiente’ transferir recursos àqueles ‘menos pobres’ do que aos ‘mais pobres’ (COMIM, F., BAGOLIN, 2002, p.471). As políticas públicas apoiadas na taxa de incidência como medida de pobreza podem beneficiar os pobres que estão próximos da linha de pobreza em detrimento dos mais miseráveis (mais distantes da linha), atenuando sem muitos esforços o número de pobres na população, daí a importância do caráter distributivo de renda entre os considerados pobres (SEN, 2001).

Outra lacuna se refere à medida do hiato de renda, que assim como a taxa de incidência, é um índice agregado do total de pobres e calcula a renda média necessária para retirar todos os indivíduos da situação de pobreza. A deficiência desta medida é que se ignora a identificação dos pobres na sociedade, e também não dá a devida atenção a questão distributiva (SEN, 2001). As políticas antipobreza indicadas por esta medida são ineficientes, pois: “No final, o ‘repasse’ de recursos ‘médios’ pode não satisfazer as necessidades de nenhum dos indivíduos” (COMIM, BAGOLIN, 2002, p.472).

Portanto, para corrigir esta questão distributiva é sugerida uma nova forma de mensuração da pobreza, que leve em conta, além da taxa de incidência e o hiato de renda, a desigualdade distributiva da renda:

A despeito do meu ceticismo sobre a adequação da chamada medida de Sen e de outros indicadores que diagnosticam a pobreza em termos de baixa renda, eu não questionaria a contribuição analítica e prática feita por estes trabalhos empíricos usando a sensibilidade à distribuição na avaliação da pobreza (SEN, 2001, p. 168).

Comime Bagolin (2002) apontam críticas à medida de Sen, porque é também baseada na renda e utiliza a ideia de média que pode levar a políticas públicas ineficientes para atender as necessidades específicas da população carente.

Sen (2001) menciona que o uso difuso da abordagem baseada na renda pode ser atribuído à facilidade de acesso a este tipo de dado. Rocha (2003) reforça que a linha de pobreza é limitada, pois através dela não é possível inferir qualquer afirmação quanto à situação nutricional dos pobres. De acordo com a autora, ao se utilizar o parâmetro renda, construir linhas de pobreza em países muito pobres pode ser ineficiente: “Na verdade, a renda sofre tanto mais restrições à sua utilização quanto mais pobre é o país” (ROCHA, 2003, p. 17). Isto ocorre porque geralmente a própria população produz os produtos que consome, por não conseguir se inserir no mercado, o que acaba tornando a renda uma variável insignificante, pois a população supre suas privações fora do mercado.

Outra limitação apontada pela autora é a complexidade na comparação de linhas de pobreza de diferentes países, sendo que estas ignoram particularidades sociais, culturais e econômicas, incluindo a variação em relação aos preços entre os distintos territórios. Machado (2007) ressalta também a complexidade de mensurar pobreza utilizando a renda, dado que em um mesmo país e no mesmo período pode-se chegar a diversos resultados, a depender da metodologia utilizada. Todas estas observações levam a necessidade de abordagens que não consideram a renda como único indicador de bem estar. Neste sentido se introduz a abordagem de pobreza relativa e a das necessidades básicas.

Rocha (2003) apresenta a definição de pobreza relativa, que diz respeito à incapacidade de suprir necessidades que são determinadas pelo meio social, como tradições e cultura. Conforme mencionado por Lopes et al (2005, p. 128): “A pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade”. O que é justificado ao levar em conta a consciência das pessoas em relação à posição que ocupa na sociedade. Neste sentido, o indivíduo é considerado pobre porque se sente desta forma. Em sociedades mais desenvolvidas, em que a renda média da população é alta, a pessoa pode se sentir pobre caso o nível de sua renda esteja abaixo desta média. Isto pode resultar na exclusão social deste indivíduo, pois este pode acabar se isolando do contexto social, político e econômico disponível. Considerando esta percepção, o autor

(p.128) afirma que (...) “esses indivíduos tendem a exercer o mesmo papel social dos indivíduos absolutamente pobres”.

Crespo e Gurovitz (2002) entendem que a concepção da pobreza relativa está intimamente relacionada com a questão da distribuição de renda, considerando que é relativa porque é percebida quando confrontada a situação de uma pessoa com as demais em relação à renda, à importância da ocupação no mercado de trabalho ou ao poder, em observância do padrão de vida desta sociedade. A crítica apontada pelos autores (2002, p. 4) é que esta abordagem: “(...) acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos”. De acordo com Diniz e Diniz (2009, p. 400) ao caracterizar a pobreza como relativa tornam-se válidas interpretações opostas, pois é possível: “(...) uma interpretação tanto objetiva, por um critério previamente definido, como subjetiva, porque depende, também, de como os indivíduos se veem dentro do contexto social”.

Comim e Bagolin (2002) reconhecem que esta concepção é proveitosa quando se exploram assuntos como o desemprego e a discriminação. Entretanto, reconhecem que apesar de refletir a realidade da população, a abordagem acaba por rejeitar, quase sempre, as características absolutas da pobreza, além de não fornecer base comparativa. Estes aspectos inviabilizam o estabelecimento de políticas antipobreza apoiadas nesta concepção. Assim, apontam forte crítica quanto à mensuração por esta ótica: “(...) essa perspectiva não oferece umnexo coerente para o tratamento dessa diversidade de experiências, sendo muito frequente o uso de uma abordagem qualitativa, puramente descritiva para a análise da pobreza” (COMIM e BAGOLIN, 2002, p. 474).

Por fim, a abordagem das necessidades básicas traz a tona o ponto de vista humanista da pobreza. Esta é a primeira abordagem que busca englobar dimensões que captam princípios de justiça, liberdade, hombridade, dentre outros. Nesta concepção, o foco é determinar a vulnerabilidade econômica através de um conjunto de bens que representem as necessidades indispensáveis para uma vida digna (DINIZ e DINIZ, 2009). Elementos como: acesso a moradia, saúde, educação, condições para higiene (banheiro, fossa, água encanada), por exemplo, podem ser considerados determinantes na mensuração da pobreza por esta ótica. Segundo Lopes et al. (2005), o traço mais importante desta abordagem é a “universabilidade”, dado que aponta necessidades comuns a todos os cidadãos. Contudo, ressalta que as escolhas destas dimensões para determinar a pobreza são facultativas, o que causa arbitrariedade. Neste contexto, os chamados pobres são as pessoas de um grupo que se encontram abaixo do valor pré-determinado para alguma dimensão considerada.

Deve-se reconhecer a unidade de investigação da pobreza por esta ótica que são os domicílios e não os indivíduos. Nesta direção está à crítica abordada por Comim e Bagolin (2002, p. 473), que mencionam que ao equiparar domicílios com indivíduos deixam-se de fora da percepção muitas características relevantes da pobreza: “Ao estimar o custo de uma cesta de bens, os requerimentos nutricionais e de energia são tidos como os mesmos entre indivíduos vivendo sob circunstâncias diferentes”.

Ao empregar um esforço de discutir até que ponto a renda, isoladamente, pode determinar se um indivíduo se classifica como pobre ou não, Sen (2001) assinala que a principal característica da pobreza é a privação. Neste sentido, a pergunta a ser respondida é privação de que? Para descrever tais privações é necessário considerar o meio social em que o indivíduo está inserido, pois a definição de privação pode variar conforme costumes e valores. O autor defende que se trata de privação de capacidade. Esta abordagem contempla e analisa os determinantes da pobreza como um fenômeno multidimensional.

Dentro da abordagem das capacidades, o autor escreve que a capacidade é, antes de tudo, uma consequência da liberdade para por em prática funcionamentos que são de grande valor para determinada pessoa. “Na medida em que os funcionamentos são constitutivos do bem-estar, a capacidade representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar” (SEN, 2001, p.89). Uma pessoa para ter a vida que valoriza, deve ter a oportunidade de escolher dentre as possibilidades da vida aqueles funcionamentos que esta considera valiosos. Portanto, a possibilidade de escolha (capacidade para realizar funcionamentos) afeta diretamente o bem estar da pessoa.

Segundo o autor, os “funcionamentos” são constituintes da vida das pessoas, suas conquistas e realizações. Como observado: “Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de ‘funcionamentos’ inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beingsanddoings*]” (SEN, 2001, p.79). Nesta perspectiva, são exemplos de funcionamentos básicos: alimentar-se de forma apropriada, evitar a morte prematura e a morbidade, gozar de boa saúde, dentre outros. Podem ser considerados “estados” subjetivos como funcionamentos de: exercer a cidadania, se tornar representante da comunidade, exercer a consciência política, sentir-se realizado, não ter vergonha de se apresentar perante outras pessoas, dentre outros. Já a capacidade, segundo o autor, retrata o conjunto de funcionamentos que um indivíduo alcança. “A capacidade é, portanto, um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro” (SEN, 2001, p. 80).

De acordo com as definições tratadas, o autor ressalta que existem funcionamentos essenciais para a sobrevivência humana que é indispensável em qualquer cultura, o que pode não ocorrer quando se trata de cestas de bens específicos:

(...) é provável que haja mais acordo intercultural— e também interpessoal — sobre a importância de ter a capacidade de evitar a fome aguda ou a subnutrição severa do que sobre a importância de ter um suprimento de itens particulares de alimentação (...) para servir a esses funcionamentos (SEN, 2001, p. 172).

Isto justifica, segundo o autor, a definição de pobreza como privação de capacidades, ao invés de considerar a impossibilidade de atender as “necessidades básicas” de um conjunto de bens. Assim, viver bem está relacionado a muitos outros fatores além da renda: “(...) nem utilidade nem renda (nem bens primários, nem recursos) podem ser identificadas com o bem-estar como tal” (SEN, 2001, p.173). A renda é apenas um dos fatores que privam o indivíduo de realizar funcionamentos e de alcançar a vida que valoriza.

Entre as privações que os pobres estão sujeitos é preciso incluir o que Sen caracteriza como “insuficiência de capacidades”. O autor aponta vários elementos que provocam dificuldades na transformação da renda em certos funcionamentos, entre eles estão fatores sociais, propensão a doenças, localização, idade, entre outros. Considere duas pessoas com a mesma renda, sendo uma saudável e a outra portadora de uma doença que a impede de absorver nutrientes essenciais ao organismo. A última sofre de uma privação em consequência do seu perfil e situação e pode ser considerada mais pobre em decorrência da “inadequação de sua renda”, que limita a sua capacidade de estar bem nutrida, ou seja, ela não consegue converter sua renda em funcionamentos e capacidades: “Ter uma renda inadequada não é uma questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente, mas de ter uma renda abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacidades para a pessoa em questão” (SEN, 2001, p. 174).

Com o intuito de retratar a relevância de diferenciar a mensuração da pobreza a partir do enfoque absoluto daquele relacionado à capacidade de alcançar funcionamentos essenciais (que afetam diretamente o bem estar e qualidade de vida das pessoas, como viver muitos anos, que pode ser alcançado por meio do combate à morte prematura e ter acesso a melhor situação social e educacional), Sen (2001) aponta evidências empíricas de países com renda per capita relativamente alta, mas com indicadores de expectativa de vida insatisfatórios. Ainda aborda que em países como China e Costa Rica os indicadores de qualidade de vida relevantes são o acesso à saúde e educação, e, portanto, esta diferenciação de enfoque ao determinar o que é

pobreza impacta as políticas públicas para a eliminação da mesma, que se desvia do aspecto da renda se voltando para ampliação do acesso a esses serviços.

Para o combate à pobreza, o autor destaca a importância do Estado como um dos principais agentes da governança das políticas públicas relacionado ao tema. Principalmente em países e regiões menos desenvolvidas, o poder público deve assumir esse papel de destaque para proporcionar a população maior acesso a alimentação adequada, educação, saúde e outras necessidades sociais. Ademais, a perspectiva investigatória da abordagem das capacidades permite que se volte à atenção aos problemas da ação pública ao comparar os cenários, como analisado por Sen (2001) para diferentes regiões da Índia. Neste estudo, aqueles estados que apresentaram maior ativismo público em campanhas educacionais e com direitos de propriedade melhor definidos tiveram sucesso na realização de funcionamentos importantes por parte da população, se comparado aos demais.

2.2 Governança e pobreza

O Banco Mundial (1994) define governança como a forma pela qual os governos exercem seu poder na administração de seus recursos sociais e econômicos. Este se volta ao tema motivado pela preocupação em garantir a sustentabilidade dos projetos que financia. Para Maranhão (2009), ganham destaque algumas questões de governança relacionadas à garantia e continuidade da eficiência na gestão dos recursos do país, o que torna necessária a presença de regras e instituições. Este autor (p. 60) descreve os elementos formadores da doutrina da governança, a qual “é composta por três grandes estratégias que se relacionam entre si: construção institucional (*institutionalbuilding*), boa governança (*goodgovernance*) e redução da pobreza (*povertyreduction*)”.

O surgimento da doutrina da governança sugere, para Maranhão (2009), que ocorreu uma mudança na perspectiva do Banco Mundial, que caracterizou uma tendência em direção à construção de um novo entendimento universal sobre o desenvolvimento, voltado para a dimensão humana e social, passando a se preocupar com os aspectos políticos do desenvolvimento. Para autores como Borges (2003) e Faé (2009), na década de 1990, esse movimento foi caracterizado por uma inflexão na trajetória da agência, que denota uma

transferência de interesse para assuntos que estavam em pauta, como a legitimidade e o consenso político, necessários ao desenvolvimento sustentável.

A procura por um consenso político em relação às políticas de ajuste estruturais por parte da organização fortaleceu a doutrina da boa governança. Neste sentido, a África Subsaariana teve importante papel, devido ao fracasso das reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial aos países africanos, que geraram o agravamento da pobreza e desigualdade. A organização atribuiu esse insucesso a “crise de governança” que já sofriam os países africanos, ou seja, o responsável pelo problema é a carência institucional do Estado (MARANHÃO, 2009). Entretanto, segundo Júnior (2010, p. 4), o fracasso da África ocorreu devido ao “(...) privilégio dado às variáveis econômicas em detrimento das variáveis políticas, sociais e institucionais nos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco e pelos governos nacionais até a década de setenta”.

Júnior (2010) relata que a teoria proposta por Amartya Sen, na década de 1990, teve grande importância, dado que legitimou a ação proposta pelo Banco Mundial, com o advento da segunda geração das políticas de financiamento (baseadas nas reformas do Estado e da gestão pública), cenário que propiciou a emergência da temática governança. De acordo com Maranhão (2009), ocorreu essencialmente o deslocamento das preocupações sociais para o centro das reformas econômicas propostas. A autora descreve os elementos teóricos que possibilitaram essa mudança na agenda de desenvolvimento da instituição:

Esse deslocamento é operado por meio das novas referências normativas que articulam a ideia de desenvolvimento humano à abordagem das capacidades de Amartya Sen, primeiramente no âmbito das Nações Unidas, mas depois consagrada na agenda do Banco Mundial (MARANHÃO, 2009, p. 104).

Maranhão (2009) salienta que a abordagem das capacidades de Amartya Sen estimulou críticas à visão estritamente econômica do desenvolvimento (medido pelo produto per capita). Esta concepção passou a ser considerada incompleta ao ignorar as características sociais e culturais dos países, que podem ser retratadas em dimensões baseadas na escolaridade, mortalidade infantil, longevidade, entre outras. Não obstante, Rached (2008) constata que esta ideia de desenvolvimento estritamente econômico prevaleceu durante os primeiros 30 anos do Banco Mundial. O propósito do desenvolvimento na teoria de Sen vai além do sucesso econômico, ou seja, para os indivíduos terem uma vida enriquecida precisam suprir outras necessidades, voltando a atenção para a qualidade de vida. Neste sentido, para Rached (2008, p. 154): “(...) foi sendo fortalecida dentro do Banco Mundial a percepção de

que o processo de desenvolvimento deveria envolver uma transformação no padrão de vida da sociedade como um todo”.

Para o autor, o ponto de vista em relação à função do Estado é diretamente afetado pelo cenário internacional, se mostrando, às vezes, a favor do intervencionismo e outras do liberalismo. Assim, na sua perspectiva, o Estado deve exercer a função de aliado da iniciativa privada, para tornar possível um melhor desempenho econômico. O que se caracteriza como complementaridade, ou seja, o papel do Estado complementar ao mercado fortalece a ideia de “Estado eficiente” e abandona o argumento de que o Estado é nocivo ao andamento da economia (RACHED, 2008).

Como abordado por Maranhão (2009, p. 64):

Diferentemente da formulação do Estado mínimo da década de 1980, aí, o Banco define que o Estado deve realmente ser menor, porém deve ser constituído por uma burocracia mais profissional (o que significa mais próxima dos fundamentos da iniciativa privada: orientada pela competitividade) e deve atuar propositivamente em direção ao funcionamento da economia (garantindo um ambiente saudável para os negócios), o que compreende, também, sustentar estratégias de redução da pobreza.

Além disso, é importante compreender o caminho que tornou necessário incorporar a redução da pobreza na estratégia do Banco Mundial, com as novas orientações para o desenvolvimento via intervenção do Estado: “Há uma mudança de ênfase aqui com a emergência das novas ideias de empoderamento, de proteção dos pobres por meio de serviços básicos, das parcerias locais, da descentralização e da construção institucional” (MARANHÃO, 2009, p. 104). Para a autora, nesta nova formulação, os pobres deixam de lado o papel passivo, até então desempenhado, para atuar ativamente como parceiros da estratégia do governo em seus projetos de desenvolvimento.

O Banco Mundial (2001) reconhece que a pobreza deve ser entendida como um fenômeno multidimensional e que os esforços para seu controle se mostram complexos, pois requer que se leve em consideração fatores sociais e culturais. Aborda ainda que a força para enfrentar essa complexidade se encontra na autonomia e participação. Como caracterizado pela agência (2001, p. 12): “(...) a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação.” Assim, apresenta outras formas de privações, ampliando o campo até então trabalhado, que limitam de forma brusca as capacidades conforme a abordagem de Amartya Sen. Neste sentido, é possível construir um entendimento mais profundo sobre o tema pobreza.

Outros autores como Holmes et al (2001) identificam uma forte ligação entre governança e as questões de pobreza. Abordam que a má administração das organizações públicas piora a situação da população pobre, dado que prejudica a implementação de políticas a favor deste grupo. Para atender esta demanda o governo deve ser legítimo, da mesma forma o clientelismo deve ser evitado na gestão pública. Citam que é importante identificar os arranjos institucionais mais eficientes para gerar resultados positivos aos pobres.

Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento era visto como a capacidade de aplicação em capital físico e infraestrutura, nos anos de 1970 essa percepção passou a englobar também dimensões como saúde e educação. Na década de 1980, em resposta a experiência vivida na África Subsaariana, o foco muda em direção ao aperfeiçoamento da gestão econômica e ao apoio a liberalização do mercado. Já na década de 1990, os pontos centrais da discussão sobre o desenvolvimento eram o governo, as instituições e a vulnerabilidade (BANCO MUNDIAL, 2001). Desta forma, a proposta apresentada é o combate da pobreza pelo governo através de três ações: promoção de oportunidades, facilitação da autonomia e aumento da segurança da população de baixa renda. Estas ações extrapolam o terreno puramente econômico, são complementares e sensíveis umas as outras. Como exemplificado:

(...) a promoção de oportunidades mediante o acesso a bens e ao mercado aumenta a independência dos pobres e lhes dá voz, fortalecendo seu poder de barganha em relação ao Estado e à sociedade. Além disso, aumenta a segurança, já que um estoque adequado de bens é uma proteção contra choques adversos (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 7).

Em relação à promoção de oportunidades, o banco sugere que o governo deve neutralizar os efeitos negativos que podem acontecer no decorrer do desenvolvimento econômico, como a desigualdade. Uma maior equidade tem forte efeito sobre a redução da pobreza em países muito desiguais. Portanto, como levantado pelo Banco Mundial (2001, p. 6), o Estado deve favorecer a expansão das oportunidades em “empregos, crédito, estradas, eletricidade, mercados para seus produtos e escolas, água, saneamento e outros serviços que sustentam a saúde e os conhecimentos essenciais para o trabalho”.

O bom desempenho do mercado é indispensável para ampliação das oportunidades da população carente. Holmes et al (2001) descreve a importância do aumento ao acesso aos mercados a este grupo. Cita que o Estado tem importante papel na determinação e implementação das regras que comandam os mercados de terra, trabalho e crédito. As barreiras que impedem os pobres de entrar nesses mercados são a exclusão social e a discriminação. Ressalta que são necessárias, por parte do governo, a promoção da ampliação

dos mercados e a geração de condições de aquisição de ativos para atender esta camada social.

Dado que a participação é essencial na estratégia de promoção de oportunidades aos pobres, Holmes et al (2001) indicam que uma maior participação dos pobres em seguimentos políticos formais, de maneira a intervir diretamente na formulação de programas, corrobora para a redução da pobreza. Desta forma, ressaltam que a garantia da participação é alcançada quando ela está presente nas instituições formais, que devem oferecer todo suporte. É interessante observar que a participação dos grupos menos favorecidos na política está intimamente relacionada com instituições públicas descentralizadas (HOLMES et al, 2001; BORGES, 2003). Neste sentido, o Banco Mundial (2001, p. 9) argumenta que “a descentralização pode aproximar as organizações das comunidades e populações pobres, aumentando o controle dos serviços por partes das pessoas que têm direito a recebê-los.”

No que se refere à segunda ação, para facilitar a autonomia, a agência indica que o Estado deve formular e aplicar políticas que atendam a parcela pobre da população, o que só é possível com a interação do setor público com a sociedade. Aborda que o Estado e as entidades sociais devem ser responsáveis e receptíveis aos pobres, uma vez que são os responsáveis pelo controle do acesso aos mercados e serviços públicos por esta parte da população. Esse processo inclui, de acordo com o banco (2001, p. 7), a erradicação das “(...) barreiras sociais e institucionais que resultam de distinções baseadas no sexo, etnia e condição social”.

A melhoria da prestação dos serviços básicos por parte da administração pública, segundo Holmes et al (2001) é um fator essencial para a promoção da redução da pobreza. Para tal, o governo deve garantir os recursos necessários de forma transparente para as ações voltadas aos pobres, utilizando-os de forma eficiente, com qualidade e economia. Ainda argumentam que a melhoria também pode ser alcançada por meio da adequada estruturação legal, sustentada por funcionários interessados e competentes, que devem obedecer a regras previamente estabelecidas.

A terceira ação proposta pelo Banco Mundial (2001) é a ampliação da segurança da população de baixa renda, que deve ser promovida pelo governo. Assim, o esforço do Estado deve ser direcionado a redução da vulnerabilidade da população de baixa renda a choques econômicos, violência, dentre outros, como desastres naturais e doenças. A organização argumenta que o impacto desta ação é refletido na melhoria do bem estar e encoraja os indivíduos a lutar para vencer o ciclo de pobreza que vive. Portanto, o Estado tem o dever de buscar mecanismos de proteção a esta parcela da população.

Os choques econômicos, a corrupção, o crime e a violência são fatores agravantes da situação de pobreza de um país. De acordo com Holmes et al (2001), a insegurança aos direitos de propriedade e o desemprego alimentam a vulnerabilidade e torna a família pobre mais miserável. Argumentam que investimentos na saúde básica e na capacitação profissional podem atenuar a vulnerabilidade em diversos aspectos. Assinam que a crise econômica e inflação impactam fortemente os cidadãos pobres, que são mais suscetíveis a sofrer com o crime, violência e corrupção e conseqüentemente vivem as margens da sociedade. Neste contexto, mencionam que o governo deve garantir um sistema de justiça ativo que iniba estes atos, além de tornar viáveis mecanismos eficientes de denúncias de comportamento ilícito de autoridades públicas pela população. Assim, o Banco Mundial (2013, p.22) “estimula ativamente os governos a tornarem-se mais transparentes, prestarem mais contas a seus cidadãos, serem menos susceptíveis à corrupção e melhores na prestação de serviços”.

Práticas de boa governança, como a maior participação da sociedade na política, a garantia da segurança da população carente (através de um sistema de justiça ativo), direitos de propriedade bem definidos são essenciais para a estratégia de combate a pobreza dos países. Dito isto, o próximo tópico contempla um conjunto de referências empíricas da relação entre governança (ação do Estado)/instituições e pobreza.

2.3 Governança e pobreza: evidências empíricas

Entre os trabalhos empíricos desenvolvidos no Brasil, cujo objeto é a análise da pobreza, podem-se citar Comim e Bagolin (2002), Lopes et al (2005), Diniz e Diniz (2009) e Silva e Neder (2010) que buscam retratar a pobreza a partir da abordagem das capacidades; Rocha (2004) que verifica a concentração regional da pobreza no país; Kageyama e Hoffmann (2006) e Silveira et al (2007) que visam explorar novas metodologias para definir linhas de pobreza, incluindo outras dimensões além da renda. É possível inferir, a partir dos resultados destes estudos, que os indicadores multidimensionais e unidimensionais (baseado na renda) retratam realidades de pobreza diferentes, o que justifica a importância de revisitar essa temática.

Ao se voltar para o crescimento econômico é possível apontar o esforço de Lameira (2009) para compreender a relação entre governança e algumas variáveis socioeconômicas e

financeiras em países emergentes, através da análise de regressões lineares múltiplas. Este utilizou dados do Banco Mundial e da *Transparency International*. Seus principais resultados apontam que na maioria dos países sul-americanos o índice de governança foi baixo, com exceção do Chile. Sugere que o nível de governança é volúvel e possui impacto positivo sobre a renda per capita e o crescimento econômico. O autor aponta que índices de governança baixos estão relacionados a países mais pobres, com indicadores de saúde e educação insatisfatórios.

Apesar da carência de trabalhos nacionais que investigam a importância da governança na determinação dos diferentes cenários de pobreza dos países, é possível encontrar na literatura internacional trabalhos que focam neste tema. Entretanto, estes desconsideram o efeito da governança sobre outras dimensões como saúde e educação, o que constitui o esforço deste trabalho.

Estes estudos buscam verificar como o melhor desempenho ou qualidade institucional pode atenuar o nível de pobreza das sociedades. É possível encontrar evidências importantes e favoráveis à hipótese de que práticas de boa governança reduzem a pobreza, como o estudo de Hasan et al (2007). Ainda pode-se citar o trabalho de Moore et al (1999), indicando que um bom governo está relacionado a maior dependência dos países de recursos próprios. Assim, adotar a melhor maneira de governar pode contribuir para a redução da pobreza.

Da mesma forma, há evidências nos estudos de Bardhan (2005) e Hasan et al. (2007) de que na presença de instituições fracas e falhas na definição de direitos de propriedade as sociedades estão propícias ao agravamento da pobreza. Como argumentado por Hasan et al. (2007), estes problemas podem incentivar a atividade dos “caçadores de renda²” que visam o benefício próprio em detrimento das classes menos favorecidas. Neste sentido, Bardhan (2005), ao realizar uma análise qualitativa histórica, para discutir a importância do papel do Estado na coordenação do desenvolvimento dos países, argumenta que o papel catalisador do Estado pode ser prejudicado pela baixa capacidade institucional e conseqüente fracasso em tentativas de superar as inevitáveis pressões políticas e dos “caçadores de renda”.

Moore et al (1999) investiga como a governança afeta a pobreza em 61 países em desenvolvimento, no período de 1980 a 1995. Utilizam como variável dependente a eficiência relativa em que os sistemas políticos convertem recursos materiais (PIB per capita) em desenvolvimento humano (longevidade e educação); como explicativas a densidade populacional, *dummies* geográficas, uma medida composta de qualidade geral das instituições,

² Termo conhecido como “rentseeking”. Segundo Biderman e Arvate (2004) refere-se a um tipo de comportamento adotado pelos agentes que buscam extrair do governo benefícios e posições no mercado.

além de considerar variáveis como o auxílio externo e exportações minerais em percentual do PIB, que servem como *proxies* para a relação entre Estado e sociedade³.

Os resultados sugerem que países que dependem relativamente mais de auxílio externo estão mais associados a um baixo desenvolvimento. Contudo, países que não são altamente dependentes de recursos minerais são mais eficientes para reduzir a pobreza, portanto, governam melhor.

Através da perspectiva de que o estímulo ao desenvolvimento humano pode ser um meio para a redução da pobreza, Bardhan (2005) faz importante contribuição, partindo da premissa de que os conflitos distributivos se originam de falhas institucionais, que afetam em maior medida países mais pobres. Especificamente, o autor verifica o impacto da qualidade institucional, representada por indicadores de participação/responsabilidade democrática e direitos de propriedade, sobre o desenvolvimento medido pela alfabetização, expectativa de vida e renda. Os resultados sugerem que a qualidade institucional, definida pela participação democrática, tem efeito significativo sobre o desenvolvimento não ligado a renda, como a educação.

Na mesma linha de investigação, Hasan et al (2007) buscam avaliar os impactos da governança e de políticas regulatórias, que se relacionam com o desenvolvimento do setor privado, sobre a pobreza e o crescimento econômico, considerando mais de cem países entre 1990 e 1999. Consideram como parâmetros institucionais de governança o estado de direito, eficácia do governo e controle da corrupção. Os resultados apontam que a boa governança atenua a pobreza através do seu impacto sobre o crescimento econômico, e regulamentações menos complexas no setor privado contribuem para amenizar a inóxia e promover o crescimento. Assim, sugerem que a abertura comercial inibe a pobreza, porém não é significativa para o crescimento, já o tamanho do setor público impacta negativamente o crescimento e pode ser prejudicial para a redução da pobreza.

Outros estudos que apontam a importância da estrutura institucional dos países para aliviar a pobreza são Perera e Lee (2013), Cuestas e Intartaglia (2016) e Cepparulo et al (2016). Estes autores avaliam o impacto ao longo do tempo através da metodologia de dados em painel, suprimindo a limitação de trabalhos anteriores que se restringem a análises com dados de corte transversal. Os primeiros questionam se a qualidade institucional pode influenciar o grau em que o crescimento econômico reduz a pobreza na Ásia, de 1985 a 2009,

³ Os autores entendem que a eficiência do Estado depende diretamente da sua capacidade de adquirir recursos por meio da tributação, assim, o governo em contrapartida fornece serviços essenciais. Quanto mais dependente o governo é de receitas de exportações minerais e de auxílios externos, menos eficiente é na prestação de serviços a sociedade.

uma vez que no período analisado o crescimento econômico foi acompanhado pelo agravamento da pobreza e da desigualdade de renda no país.

Utilizando dados do *International Country Risk Guide*, tais como estabilidade do governo, controle da corrupção, lei e ordem (força e imparcialidade do sistema legal e se o povo obedece à lei), responsabilidade democrática (a forma que o governo responde a população), qualidade burocrática (avaliação da força e experiência burocrática), indicam que o crescimento econômico atenua a pobreza, mas não apresenta influência sobre a desigualdade de renda. Como o esperado, a maior estabilidade do governo e melhorias na lei e ordem reduzem o nível de pobreza dos países. Entretanto, o aumento do controle da corrupção, da responsabilidade democrática e qualidade burocrática agravam a situação da pobreza e a desigualdade de renda dos países. Segundo os autores, o tipo de corrupção presente no Leste da Ásia promove o crescimento, pois é baseada no recebimento de propinas em troca da aprovação de medidas que favorecem o desenvolvimento da indústria e do setor privado.

Já Cuestas e Intartaglia (2016) analisam o impacto da estrutura institucional sobre a pobreza para uma amostra de 69 países em desenvolvimento, considerando o período de 1984 a 2013. Adotam como variáveis explicativas o nível inicial de pobreza, despesa da administração pública, crescimento da população e uma *proxy* para qualidade institucional, construída a partir da média dos indicadores de corrupção, lei e a ordem e qualidade burocrática. Para tal finalidade, adotaram duas regressões, a primeira de corte transversal utilizando dados médios das variáveis no período e outra considerando a média destas em intervalos de cinco anos. Como esperado, os resultados apontam que melhorias no ambiente institucional minimizam a pobreza. Todavia, essa percepção desaparece para na análise de dados em painel, que capta o efeito de curto prazo das instituições. Os autores supõem que isto ocorre porque as modificações institucionais podem elevar os custos de transação no mercado de trabalho informal, prejudicando os empregados neste setor, que na maioria das vezes são pessoas de baixa renda. Isto pode neutralizar o efeito benéfico das instituições sobre a pobreza no curto prazo, mas no longo prazo as melhorias institucionais tendem a favorecer os pobres.

Por fim, Cepparulo et al (2016) investigam o efeito da qualidade institucional e do desenvolvimento financeiro sobre a pobreza de 58 países em desenvolvimento no período de 1984 a 2012. Para isto, consideram a metodologia de dados em painel e também uma análise *cross-section*. O índice de qualidade institucional foi obtido a partir da agregação de variáveis como estado de direito, corrupção do governo e qualidade da burocracia (*ambas do*

International Country Risk Guide). É possível verificar que a variável de interação entre desenvolvimento financeiro e qualidade institucional tem efeito redutor sobre o nível de pobreza dos países, que tende a se ampliar quanto maior a qualidade institucional. Individualmente, sugerem que tanto a qualidade institucional como o desenvolvimento financeiro tem um efeito significativo sobre a redução da pobreza.

Dos trabalhos que utilizam dados de corte transversal, Bardhan (2005) faz importante contribuição ao investigar como o estímulo ao desenvolvimento humano, medido pelas variáveis de renda, saúde e educação, pode ser um meio para a redução da pobreza. Entre as análises de dados em painel (Perera e Lee, 2013; Cuestas e Intartaglia, 2016; e Cepparulo et al, 2016) não foi possível identificar estudos que focassem neste tipo de perspectiva, o que constituiu o foco deste estudo.

A ampliação da participação da sociedade na formulação de políticas e da segurança da população carente (reduzindo a vulnerabilidade dos pobres) são estratégias fundamentais para a erradicação da pobreza. O estudo não se limita a analisar a associação entre governança e pobreza, verificada pela privação de renda, uma vez que essa privação pode variar de acordo com os valores e costumes dos países. Busca-se neste trabalho englobar outros funcionamentos considerados para além da dimensão puramente econômica, como ter uma vida longa (dimensão saúde) e ter acesso ao conhecimento (dimensão educação).

O Banco Mundial (2001) argumenta que a ampliação do acesso à educação e a serviços que garantam a saúde da população impactam diretamente o grau de pobreza de um país e o bem estar dos cidadãos. Neste sentido, o Estado tem um papel crucial para promover oportunidades à população carente, minimizando as condições de vulnerabilidade e contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

3. MÉTODOS E BASE DE DADOS

A justificativa para o estudo proposto se assenta sobre a premissa do Banco Mundial de que a boa governança é um instrumento fundamental para o combate a pobreza dos países e pela carência de estudos empíricos que tratem especificamente sobre governança e pobreza em seu conceito multidimensional.

A proposta metodológica constitui um esforço para verificar a relação entre governança e o nível de pobreza dos países. Para isso, utiliza-se uma análise de dados em painel, para o período de 1996 a 2014, considerando 205 países.

3.1 Base de dados

Os dados correspondem à junção de dois bancos de dados do Banco Mundial. O primeiro refere-se aos Indicadores de Desenvolvimento Mundial⁴, de onde se buscou variáveis focadas nas dimensões de pobreza, renda, educação, saúde, gastos do governo e demografia. Buscou-se por indicadores que retratam o desenvolvimento econômico, social e humano dos países, que são adequados ao objetivo desta investigação. Alguns destes servem para controlar aspectos demográficos, para se obter um efeito mais puro das variáveis explicativas sobre as variáveis de interesse. As variáveis consideradas são:

- Taxa de incidência de pobreza: porcentagem da população que vive com menos de US\$ 1,90 por dia, considerando os preços internacionais de 2011;
- Taxa de alfabetização: percentual de pessoas, com idade acima de 15 anos, que pode ler e escrever;
- Expectativa de vida ao nascer, total (anos): número de anos que um recém-nascido viveria se o padrão de mortalidade prevalente naquele momento perdurasse durante toda a sua vida;
- Produto interno bruto per capita (PIB): produto interno bruto dividido pela população, em dólares constantes de 2010;

⁴ data.worldbank.org/indicador

- Despesa de consumo final da administração pública (em percentual do PIB): todos os gastos correntes do governo para compras de bens e serviços (incluindo a remuneração dos funcionários), como percentual do PIB;
- Crescimento populacional (% anual): taxa anual de crescimento da população.

O segundo refere-se ao banco de dados do projeto *The World Wide Governance Indicators* (WGI)⁵, que dispõe de indicadores agregados de governança, para 215 países a partir do ano de 1996. Para esta análise, a variável utilizada é:

- Voz e responsabilidade: evidencia a capacidade de participação da sociedade na política, nas eleições, bem como a liberdade de imprensa e expressão.

O índice é obtido através da junção dos esforços do setor privado e público, cidadãos e especialistas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A medida é elaborada a partir de mais de trinta fontes de informações específicas, que são combinadas para criar esta dimensão agregada de governança. Pode-se atribuir a construção do índice a vários grupos de pesquisa, organizações não governamentais, entidades internacionais e empresas do setor privado. A análise descritiva dos dados pode ser visualizada na Tabela 1 e as análises de correlação e de variabilidade dos dados estão reportadas nos Apêndices A e B.

O painel de dados é composto por 205 países e compreende o período de 1996 a 2014. O estudo toma como período inicial o ano de 1996, pois foi nele que os dados do WGI começaram a ser disponibilizados.

Utiliza-se para a construção da amostra a estratégia metodológica adotada por Cuestas e Intartaglia (2016), Cepparulo et al (2016) e Perera e Lee (2013), de se considerar médias de todas as variáveis em intervalos de cinco anos, com objetivo de aumentar o número de observações, dada as limitações impostas pela falta de dados, bem como ausência de periodicidade na disponibilização dos mesmos. Assim, o banco de dados é composto por quatro períodos, conforme representado pela Tabela 2, totalizando 820 observações.

⁵www.govindicators.org

Tabela 1 – Análise descritiva dos dados

Variável	Obs	Média	Des.padrão	Mínimo	Máximo
Taxa de incidência de pobreza	359	20,6578	23,2768	0,0000	91,2100
Logaritmo da PIB per capita	764	8,4092	1,5258	5,2713	11,8860
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	791	68,6087	9,6438	37,1899	83,6787
Taxa de alfabetização	353	79,6977	21,2258	12,8482	99,9983
Voz e responsabilidade	807	-0,0291	0,9985	-2,2180	1,7225
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	719	16,0028	9,2188	-5,3456	133,1520
Crescimento da população (% anual)	820	1,4588	1,4709	-3,7067	14,9293

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (2016)

Tabela 2 - Determinação dos períodos

Corte	Período
1996-2000	Período 1
2001-2005	Período 2
2006-2010	Período 3
2011-2014	Período 4

Fonte: Elaboração própria

Mesmo com a adoção da média em períodos de cinco anos, para cada variável presente na investigação, os modelos que possuem como variáveis dependentes a taxa de incidência de pobreza e de alfabetização continuam sofrendo limitações, devido ao baixo número de observações. Neste sentido, foi realizada a comparação entre as médias e desvios-padrão da base original e as observações da regressão. Observa-se que estes valores são próximos, não comprometendo as estimativas (Apêndice C).

A observação da taxa de incidência de pobreza permite inferir que ela varia, entre os países investigados, de zero a 91,21%. O país mais pobre é República Democrática do Congo, no período de 2001 a 2005, e os com menores índices, no período de 2011 a 2014, são Belarus, Ucrânia e România. A média mundial da taxa de incidência de pobreza é cerca de 20%. No primeiro intervalo de tempo investigado, de 85 países com informação disponível 35 possuem taxa inferior à média daquele período. E no último intervalo, de 64 países com dados disponíveis, 19 tem taxa abaixo da média para o período específico.

Pode-se notar que o logaritmo médio da renda per capita mundial é 8,40 e que o valor mínimo de 5,27 pertence à Etiópia no primeiro período da série. O maior PIB per capita é atingido por Mônaco, na faixa de tempo que vai de 2005 a 2010.

Ao avaliar a expectativa de vida ao nascer é possível obter expectativas de 37 a 84 anos de vida, em Serra Leoa (1996-2000) e Hong Kong (2011-2014), respectivamente. A média de anos de vida da população mundial é aproximadamente 68 anos.

Em relação à taxa de alfabetização, pode-se observar que, em média, cerca de 80% das pessoas com mais de 15 anos sabem ler e escrever, de acordo com os dados disponíveis. Assim, a menor e maior taxa entre os países são 12,84 e 99,99%, verificada em Burkina Faso no primeiro e Coreia do Sul no último período, respectivamente.

O indicador de governança retrata a pontuação de cada país em unidades de uma distribuição normal, que varia de -2,5 a 2,5 (*Governance Score*). O indicador de voz e responsabilidade varia entre -2,22 e 1,72 pontos. O país com melhor índice é a Noruega, no período de 2011 a 2014. Já a nação com pior índice é a Coreia do Norte, que permanece com o indicador menor que -2 durante todo período analisado. A média mundial de participação da sociedade na política é negativa e corresponde a cerca de -0,03 pontos. Do total de 205 países, 87 permaneceram abaixo da média do último período analisado.

Considerando as variáveis de controle, nota-se que os países com maior e menor despesa de consumo final das administrações públicas são Timor-Leste e Yemen (-5,34% e 133,15%), respectivamente. A média da variável entre os países é de 16% do PIB. Já a variável de crescimento populacional mostra que Andorra foi o país que apresentou a menor taxa de crescimento do período e que o Catar teve a maior taxa. Em média, as populações dos países crescem 1,46% ao ano.

A correlação simples entre as variáveis (Apêndice A) revela que o indicador de governança é negativamente correlacionado com o índice de pobreza e positivamente com os indicadores de expectativa de vida, renda per capita e taxa de alfabetização. Já o crescimento populacional é positivamente correlacionado com o índice de pobreza e negativamente com as demais variáveis dependentes do modelo. Esta análise simples permite sugerir que quanto maior os valores dos indicadores de renda, saúde e educação menor o índice de pobreza, uma vez que apresentam correlação alta e negativa.

3.2 O Modelo Empírico

O modelo considerado se baseia no estudo de Cuestas e Intertagia (2016), que utiliza um indicador único institucional, obtido a partir da média dos indicadores de corrupção, lei e a ordem e qualidade burocrática e foca apenas na pobreza em sua abordagem unidimensional, índice de pobreza, baseada na renda. O presente trabalho busca verificar a relação entre a variável de governança “Voz e Responsabilidade” sobre a pobreza dos países, considerando três dimensões: renda, saúde e educação.

O modelo proposto é denotado por (1):

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 I_{it} + \beta_2 X_{it} + \lambda_t + u_{it} \quad (1)$$

em que λ_t são *dummies* temporais, e u_{it} o termo de erro. Y_{it} é um vetor de variáveis dependentes: índice de pobreza, renda per capita, expectativa de vida, e taxa de alfabetização; I_{it} é o de indicador de governança “voz e responsabilidade”; e X_{it} contempla as variáveis de controle: despesa de consumo final da administração pública e taxa de crescimento da população.

A inclusão de variáveis de desenvolvimento humano e social, como variáveis explicadas, para retratar a pobreza dos países, é fundamentada pelo estudo de Bardhan (2005), que adota variáveis de renda per capita, expectativa de vida e taxa de alfabetização, em uma análise de corte transversal, para verificar o impacto de indicadores institucionais de participação/responsabilidade democrática e outros. Como o tema da boa governança e combate a pobreza surgiu na agenda do Banco Mundial, quando este se voltava ao desenvolvimento do ponto de vista mais humanista ou sustentável, julga-se pertinente considerar o impacto da governança não só sobre o índice de pobreza, mas também sobre outras dimensões não econômicas.

A escolha da variável “voz e responsabilidade” é embasada no argumento do Banco Mundial (2001) de que a pobreza é gerada ou agravada não só pela privação de renda ou insuficiência de serviços que promovam o desenvolvimento humano, mas também pela vulnerabilidade, ausência de voz da população, que acaba não sendo representada e fica sem poder para influenciar as políticas do governo. Assim, de acordo com a organização, é complexo tentar controlar a pobreza, pois é necessário se atentar para fatores sociais e

culturais. O aumento da participação da sociedade na formulação de políticas e escolhas dos governos é considerado pela organização como uma importante estratégia em suas formulações que objetivam erradicar a pobreza dos países subdesenvolvidos.

O sinal esperado do coeficiente estimado da variável voz e responsabilidade é negativo quando se considera como variável dependente a taxa de pobreza e positivo nos modelos que utilizam os outros indicadores: renda, saúde e educação. Como ressaltado por Holmes et al (2001), a ampliação da participação da população carente em seguimentos políticos formais, para afetar diretamente a elaboração de políticas e programas, contribuem para a redução da pobreza e o desenvolvimento dos países.

A taxa de crescimento populacional é uma variável de controle, adotada no estudo de Cuestas e Intartaglia (2016), e espera-se que seja positivamente relacionada com o índice de incidência de pobreza dos países e negativamente com a renda per capita, expectativa de vida e taxa de alfabetização. Já a despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB) é utilizada como variável de controle nos estudos de Hansanet al (2007), Cepparulo et al (2016) e Cuestas e Intartaglia (2016), representando uma proxy para o tamanho do governo.

O tamanho do setor público influencia o rendimento e o crescimento da economia e, a um dado nível de distribuição de renda, tem impacto sobre o nível de pobreza. Se os governos buscam uma sociedade mais igualitária, o seu tamanho pode afetar a distribuição de renda dos países em favor dos pobres, caso as políticas públicas sejam voltadas para atender aspectos sociais desta parcela da sociedade. Caso contrário, um governo grande pode significar meios para garantir a concentração de renda. Desta forma, o impacto do tamanho do governo sobre a pobreza pode ser ambíguo (HANSAN et al, 2007).

3.3 Os Modelos Econométricos⁶

Dados em painel são constituídos por observações dos mesmos indivíduos acompanhados ao longo do tempo, sendo também chamados de “dados longitudinais”. Estes possuem a vantagem de aumentar a precisão da estimativa, pois permitem a construção de uma amostra maior. Torna possível um entendimento mais profundo sobre a dinâmica do comportamento das unidades, se comparado a uma única sessão de corte transversal. Contudo,

⁶ Desenvolvido a partir de Cameron e Trivedi (2005) e Wooldridge (2013).

como as observações são dependentes e identicamente distribuídas entre os períodos de tempo, a autocorrelação pode ser um problema. Neste sentido, para uma inferência estatística válida é necessário controlar a possível correlação dos erros do modelo de regressão ao longo do tempo. Neste sentido, são aplicados testes para verificar e controlar a presença de autocorrelação ou heterocedacidade nos modelos, através dos testes de Wooldridge e Wald⁷. Além disso, aplicam-se os testes Fator de Inflação da Variância (FIV) e Shapiro-Wilk⁸, para identificar multicolinearidade e normalidade (apresentados no Apêndice B).

Outro ganho da análise de dados em painel é que permite que sejam controladas heterogeneidades não observadas⁹, que causam viés nos estimadores de *cross-section*, dado que na prática é difícil a obtenção de um instrumento válido para a correção. O primeiro tipo de modelo é o *Pooled*, sendo um empilhamento das amostras de corte transversal, podendo suas estimativas ser viesadas, caso existam efeitos não observados. Desta forma, é relevante aplicar o teste de *LM de Breusch Pagan*¹⁰, que testa a ausência destas heterogeneidades, se o resultado for significativo indica que é necessário controlá-las. Este controle acontece por meio de dois outros modelos: o de Efeitos Fixos (EF) e de Efeitos Aleatórios (EA).

Após aplicação dos modelos supracitados, parte-se para o teste de Hausman¹¹, que compara ambos os modelos (EF e EA) para definir qual melhor controla o viés dos estimadores. Os resultados dos testes aplicados estão reportados no Apêndice B.

Ademais, os modelos de dados em painel e seus estimadores são conceitualmente simples, embora seja necessário identificar o tipo modelo (controle), se são efeitos fixos ou

⁷ A presença de correlação nos erros ao longo do tempo pode tornar o parâmetro estimado ineficiente (WOOLDRIDGE, 2013). Segundo Drukker (2003) o teste de Wooldridge, com hipótese nula de erros não correlacionados, tem forte potencial para a verificação da autocorrelação em dados de painel.

Segundo Wooldridge (2013), quando a variância não é constante há presença de heterocedasticidade. Ocorre a quebra de um dos pressupostos de consistência do estimador, que pode gerar viés na variância do parâmetro estimado. Desta forma é necessário aplicar testes para detectar sua presença. Baum (2001) ressalta que dados em de painel a suposição de homocedasticidade pode ser violada de várias formas, a variância pode ser constante entre as unidades de corte transversal, mas pode diferir ao longo do tempo. Apresenta o teste de Wald modificado para detectar a heterocedasticidade, da forma apresentada, para o modelo de efeitos fixos.

⁸ A colinearidade perfeita entre as variáveis explicativas pode, até mesmo, impedir a estimação do modelo. Um tipo de diagnóstico deste problema é o Fator de Inflação da Variância (FIV), em que quanto maior a estatística mais grave é o problema da multicolinearidade (WOOLDRIDGE, 2013).

De acordo com Wooldridge (2013), o atendimento da distribuição normal do termo de erro garante maior eficiência do estimador. Aplicou-se um teste estatístico para confirmar a normalidade dos erros. Este é intitulado Shapiro-Wilk, que possui como hipótese nula a não normalidade dos erros, conforme aponta Brzezinski (2012).

⁹ Dados de países podem apresentar heterogeneidades não observadas (como a cultura e valores, por exemplo), que são características específicas destes, difíceis de mensurar, que podem enviesar os estimadores de corte transversal.

¹⁰ O teste de Breusch Pagan traz como hipótese nula que o melhor modelo é o *pooled* e como hipótese alternativa de que efeito aleatório é ideal (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

¹¹ O teste de Hausman permite comparar os modelo de EF e efeito EA, possui hipótese nula de que o as heterogeneidades dos países não possui correlação com as variáveis explicativas, ou seja, o modelo de EA é melhor (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

aleatórios, uma vez que as propriedades dos estimadores e o tratamento de efeitos não observados variam de acordo com o controle assumido.

3.2.3 Cortes transversais agrupados (Pooled)

É o modelo mais restritivo de dados em painel, formado pelo agrupamento de amostras aleatórias de *cross-section*, que assume a inexistência de heterogeneidades não observadas no modelo e especifica que os coeficientes são constantes, mesmo pressuposto da análise de cortes transversais, conforme (2):

$$Y_{it} = \alpha_0 + X_{it}'\beta + u_{it} \quad i = 1, \dots, N, \quad t = 1, \dots, T \quad (2)$$

Neste caso, se o modelo possuir correta especificação e $\text{cov}(X_{it}, u_{it}) = 0$ e $\text{cov}(\alpha, X_{it}) = 0$, então ele pode ser consistentemente estimado por meio do MQO agrupados. Os ganhos com este tipo de dados é que aumenta o tamanho da amostra, de maneira a conseguir estatísticas de testes mais poderosos e estimadores mais precisos. Contudo, se houver efeitos individuais não observados, a regressão terá um erro composto $v_{it} = \alpha_i + u_{it}$, o que causa viés de heterogeneidade devido à omissão de variáveis.

3.2.4 Modelo de Efeitos Fixos

O modelo de efeitos fixos possibilita que cada unidade de corte transversal tenha um coeficiente de intercepto diferente, mantendo as mesmas inclinações. Ele permite controlar o viés e a inconsistência gerada pelas heterogeneidades não observadas, conforme (3):

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}'\beta + u_{it} \quad (3)$$

Em que u_{it} é o termo de erro que é independente e identicamente distribuído (iid) ao longo de i e t . Consiste em uma forma mais parcimoniosa, considerando que há T dummies de tempo incluídas no vetor de regressores X_{it} . Sendo a_i uma variável aleatória não observada que é potencialmente correlacionada com as variáveis explicativas da regressão, ou seja, $\text{cov}(a_i, X_{it}) \neq 0$. Desta forma, é necessário utilizar métodos de estimação alternativos que eliminem a_i para assegurar a consistência dos parâmetros do modelo.

Para estimar o modelo adota-se o estimador *within*, assim denominado porque consiste em uma transformação interna da regressão. Ele mede a associação entre os desvios individuais das variáveis explicativas em relação aos seus valores médios no tempo e os desvios da variável dependente e seus valores médios ao longo dos anos. Obtido pelo cálculo da média da equação (3) no tempo, conforme (4), (5) e (6):

$$\bar{Y}_i = a_i + \bar{X}_i' \beta + \bar{u}_i \quad (4)$$

Subtraindo (4) de (3):

$$Y_{it} - \bar{Y}_i = a_i - a_i + (X_{it}' \beta - \bar{X}_i' \beta) + (u_{it} - \bar{u}_i) \quad (5)$$

$$\check{Y}_{it} = \check{X}_{it}' \beta + \check{u}_{it} \quad (6)$$

Desta forma os termos a_i se cancelam. O estimador *within* é o estimador de MQO da equação (8). Ele produz estimativas consistentes no modelo de efeitos fixos, enquanto o MQO agrupado não. Outra característica é que pressupõe hipóteses de exogeneidade estrita entre os resíduos e regressores, conforme (7):

$$E [u_{it} / a_i, X_{i1}, \dots, X_{it}] = 0 \quad t = 1, \dots, T \quad (7)$$

Contudo, vale ressaltar que uma das principais limitações deste método é que os efeitos das variáveis explicativas que são invariantes no tempo, não são identificados no interior do modelo, uma vez que se $X_{it} = X_i$, então $\bar{X}_i = X$, assim $(X_{it} - \bar{X}_i) = 0$.

3.2.5 Modelo de Efeitos Aleatórios

O modelo de efeitos aleatórios, ou modelo de componentes aleatórios, é uma variação de modelos de dados em painel que considera a seguinte regressão (8):

$$Y_{it} = \mu + X_{it}'\beta + a_i + u_{it} \quad (8)$$

Em que a_i é uma variável aleatória, contudo é não correlacionada com os regressores do modelo, ou seja, $\text{cov}(a_i, X_{it}) = 0$, $t = 1, \dots, T$, $i = 1, \dots, N$. Este modelo traz pressupostos adicionais, conforme (9):

$$a_i \sim [a, \sigma_a^2] \quad u_{it} \sim [0, \sigma_u^2] \quad (9)$$

De modo que os efeitos aleatórios e os termos de erro da equação (10) são iid.

O estimador de efeitos aleatórios, assim como o de efeito fixo explora as características especiais de dados em painel. Contudo, para este tipo de dados o método de efeitos fixos causa ineficiência. Neste caso, o estimador de efeitos aleatórios pode ser obtido a partir da estimação de MQO do modelo transformado (10):

$$Y_{it} - \hat{\lambda}\bar{Y}_i = (1 - \hat{\lambda})\mu + (X_{it} - \hat{\lambda}\bar{X}_i)'\beta + v_{it} \quad (10)$$

Onde $v_{it} = (1 - \hat{\lambda})a_i + (u_{it} - \hat{\lambda}\bar{u}_i)$ é assintoticamente iid, e $\hat{\lambda}$ é consistente para (11):

$$\lambda = \frac{1 - \sigma_u}{\sqrt{\sigma_u^2 + T\sigma_a^2}} \quad (11)$$

Observe que caso $\hat{\lambda} = 0$ a equação (13) corresponde à regressão de MQO agrupado, se $\hat{\lambda} = 1$ corresponde ao método de efeitos fixos e $\hat{\lambda} \rightarrow 1$ conforme $T \rightarrow \infty$. Portanto, o estimador de efeitos aleatórios é totalmente eficiente sobre o modelo de efeitos aleatórios, mas é inconsistente na situação em que o modelo de efeitos fixos é o melhor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo busca compreender a relação entre governança e pobreza, não somente pelo enfoque da renda, retratado pela linha de pobreza e pela própria renda, mas também considerando as dimensões de educação e saúde. Neste sentido, foram estimadas quatro modelos, ao se considerar quatro variáveis dependentes e verificar o efeito isolado do indicador de governança “voz e responsabilidade”. Para cada um destes, o procedimento foi à comparação entre os modelos Pooled (POLS), efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA).

Ao começar pelo modelo Pooled, observa-se que a maior participação da sociedade na política tem uma relação inversa sobre a pobreza dos países, e direta com a dimensão de renda, saúde e educação, pois os parâmetros de interesse foram significativos a 1% e 5% de significância, respectivamente. A análise do modelo que busca captar o impacto da governança sobre a educação, permite argumentar que nos países de maior participação da sociedade, em média, a taxa de alfabetização é maior, mantendo tudo mais constante. Essa análise é relevante, uma vez que a educação é um dos principais meios dos indivíduos superarem o ciclo de pobreza.

Entretanto, é possível que exista efeitos não observáveis que viesam este estimador, como, por exemplo, cultura e valores, que segundo a literatura são relevantes para determinar a pobreza em diferentes dimensões. Assim, é necessário aplicar o teste *LM de Breush Pagan* para verificar se estas heterogeneidades estão presentes nos modelos. Conforme os resultados, é necessário controlar estes efeitos não observáveis através dos efeitos aleatórios ou efeitos fixos. Os resultados dos modelos de efeitos aleatórios são semelhantes aos encontrados no modelos Pooled, todos a 1% de significância. Para definir o modelo ideal para realizar o devido controle utiliza-se o teste de *Hausman*, que indica que os melhores modelos são os de efeitos fixos, concentrando a análise nestes modelos.

A conjugação dos testes *LM de Breush Pagan* e *Hausman* e seus respectivos resultados se encontram no Apêndice B. Os resultados POLS e EA estão reportados no Apêndice D e servem como parâmetros de comparação em termos dos sinais dos coeficientes, indicando (ou não) a robustez das associações esperadas. Além disso, o teste *FIV* indica que a multicolinearidade não é um problema para as variáveis explicativas incluídas na investigação. Os testes *Wald* para heterocedasticidade em modelos de efeitos fixos, *Woodridge* para autocorrelação em dados de painel e *Shapiro-Wilk* para normalidade apontam para a não rejeição das hipóteses nulas de variância constante, resíduos não

autocorrelacionados e distribuição normal. Assim, o modelo foi estimado com erros-padrão robustos¹². Uma análise descritiva dos dados da regressão, dos modelos de efeito fixo 1 (pobreza) e 4 (educação), que sofrem de relativa perda de observações, está no Apêndice C.

Os resultados para os modelos de Efeitos fixos são apresentados na Tabela 5. Os testes de significância dos modelos propostos mostraram-se significativos a 1%, rejeitando a hipótese de que o efeito conjunto dos regressores foi nulo. Assim, a começar pelo Modelo 1, tendo como variável dependente a taxa de pobreza, tem-se que as medidas de qualidade de ajustamento indicam que este se ajusta melhor para cada país. Neste sentido, cerca de 32% da variação na taxa de pobreza pode ser atribuída à variação conjunta das variáveis explicativas.

Ao analisar o impacto da governança sobre o percentual de pobres, espera-se que o primeiro, retratado aqui como voz e responsabilidade, tenha impacto negativo sobre o segundo. Pode-se notar que o indicador de voz e responsabilidade apresentou o sinal esperado e foi significativo a 5%. É possível inferir que, mantendo tudo mais constante, países com maior participação da sociedade na escolha dos governos, na formulação de leis e na política em geral, em média, apresentam menor percentual de pobres. Ou seja, a boa governança, ou a maior participação da sociedade, indica relação inversa com a pobreza dos países.

Este resultado vai ao encontro do argumento do Banco Mundial (2001) de que a pobreza é intensificada pela falta de voz, poder e representação. Os trabalhos de Cuestas e Intartaglia (2016) e Cepparulo et al. (2016) corroboram com a evidência apresentada, pois chegam a considerações que apontam que melhorias no ambiente institucional, ou a boa governança, minimizam a pobreza.

Reforçando esta perspectiva, o Banco Mundial (2001) apresenta como estratégia para a erradicação da pobreza dos países a ampliação das oportunidades da população carente. O que pode ser alcançado, segundo Holmes et al (2001), com a promoção da participação desta parcela da sociedade em ambientes políticos, uma maneira de aumentar sua capacidade de influenciar a elaboração e implementação de políticas que visem combater a pobreza e miséria.

Os indicadores de controle, crescimento populacional e despesa de consumo final das administrações públicas não foram significativos em todos os modelos considerados. Cuestas e Intartaglia (2016) também não encontraram resultado significativo para a *proxy* de tamanho do governo. Entretanto, neste trabalho a variável de crescimento populacional foi significativa e positiva nas regressões propostas.

¹² Erros padrão robustos pelo Método de Newey-West. Corrige, através da matriz de variância, a ineficiência gerada pela presença de autocorrelação e heterocedasticidade (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

Em relação ao segundo modelo, que considera como variável dependente a renda per capita, pode-se verificar que as medidas de qualidade de ajustamento do modelo indicam que ele melhor se ajusta para cada país do que entre países e no geral. Assim, para cada país, 53% da variação da renda podem ser atribuídas à variação conjunta das variáveis explicativas.

Como argumentado por Lameira (2009), espera-se que o indicador de governança tenha impacto positivo sobre a renda per capita dos países. Desta forma, é possível verificar que o aumento da participação da sociedade na política em geral apresenta o sinal esperado, mas não se mostrou significativo. O estudo de Bardhan (2005) encontra resultado semelhante, ao verificar o impacto da governança, retratado pela participação democrática, sobre a renda per capita dos países. O parâmetro estimado não se mostrou significativo, embora tenha apresentado o sinal esperado.

Tabela 5 – Resultados dos modelos - Efeito Fixo

	Pobreza (1)	Renda per capita (2)	Expectativa de vida (3)	Taxa de Alfabetização (4)
Voz e Responsabilidade	-5,1452** (2,5545)	0,0482 (0,0421)	0,8902* (0,4656)	-0,2610 (2,0312)
Despesa da ADM Pública	-0,0812 (0,1973)	-0,0023 (0,0032)	-0,0197 (0,0407)	-0,2243 (0,1994)
Crescimento Populacional	0,0290 (1,1016)	-0,0024 (0,0107)	0,0701 (0,1321)	0,4252 (0, 3015)
D_ano1	10,3173*** (1,4453)	-0,3475*** (0,0231)	-4,5945*** (0,2397)	-6,5732*** (0,8651)
D_ano2	7,0650*** (1,1104)	-0,2330*** (0,0165)	-3,2687*** (0,1856)	-3,653*** (0,4977)
D_ano3	2,9826*** (0,8443)	-0,0783*** (0,0087)	-1,5406*** (0,0944)	-3,1629*** (0,6059)
D_ano4	omitido	omitido	omitido	omitido
Constante	14,7752*** (3,4754)	8,6235*** (0,0613)	7,1243*** (0,6956)	85,2209*** (3,4213)
Obs	345	710	713	332
R^2	within	0,3272	0,5333	0,6377
	betwen	0,1588	0,2718	0,2327
	overall	0,1757	0,0833	0,1491
Teste F	10,3300	51,5300	76,7100	17,0500
Valor p	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Corr (u, x)	0,1990	0,1997	0,2033	-0,1291

Erros padrão robustos. ***, ** e * correspondem a 1%, 5% e 10% de significância, respectivamente.

Nota: Foram estimadas regressões que incluem como variáveis explicativas os indicadores defasados. Entretanto, as relações encontradas foram semelhantes aos resultados dos modelos propostos.

Fonte: Elaboração própria a partir das estimativas do modelo.

O terceiro modelo engloba a dimensão saúde, tendo como variável dependente a esperança de vida ao nascer. Observa-se que, para cada país, aproximadamente 65% da variação da expectativa de vida pode ser atribuída à variação das variáveis dos modelos; e que o modelo pouco se ajusta entre países e no geral. O sinal apresentado do parâmetro do indicador de voz e responsabilidade é o esperado (positivo) e significativo (10% de significância). Bardhan (2005) traz considerações semelhantes com relação ao indicador de governança. O autor verifica que países com maior participação da sociedade na escolha dos governos e na formulação de políticas possuem maior expectativa de vida, em média. Assim, nações em que a população é participativa na política, tendem a possuir, em média, melhores indicadores sociais (nesse caso, de expectativa de vida).

Por fim, a análise do quarto modelo, determinado pela dimensão educação (taxa de alfabetização), permite identificar que o modelo melhor se ajusta para cada país, sendo o indicador de qualidade de ajustamento entre países e no geral baixo. Desta forma, para cada país, 35% do aumento da taxa de alfabetização pode ser explicada pelo aumento conjunto das variáveis consideradas no modelo. A investigação mostra que o coeficiente do indicador de governança não foi significativo no modelo de EF. Entretanto, o estudo de Bardhan (2005) sugere que a qualidade institucional, definida pela participação democrática, tem efeito significativo sobre a educação.

O Banco Mundial (2001) reconhece que a pobreza não é um fenômeno unidimensional e que para combatê-la são necessários esforços que vão além da melhor distribuição de renda, deve-se levar em conta elementos institucionais. Ressalta que a pobreza pode ter como origem a falta de renda, de condições de saúde e educação inadequadas, mas também a ausência de representação desta camada social na política, de um ambiente institucional menos democrático, que gera a incapacidade de se fazer ouvir. Desta forma, é causada por diferentes privações, como apontado por Amartya Sen.

Em resumo, os resultados obtidos sugerem que a boa governança, demonstrada pelo indicador de voz e responsabilidade, afeta positivamente alguns indicadores socioeconômicos. Neste sentido, Holmes (2001) argumenta que a administração inadequada das instituições públicas pode ocasionar prejuízo aos pobres, pois dificulta a formulação e introdução de políticas favoráveis a estes. Pode-se inferir que diminuição da pobreza pode ocorrer devido aos efeitos direto e indireto que a maior participação da sociedade exerce sobre as variáveis socioeconômicas. Assim, a promoção do desenvolvimento humano atua reduzindo a pobreza das regiões.

Considerando todos os demais modelos (POLS e EA), observa-se que a governança, traduzida aqui através da variável voz e responsabilidade, tem efeito direto sobre as três dimensões da pobreza. Ou seja, melhores indicadores de governança, os quais se integram ao ambiente institucional dos países, têm impactos diretos sobre a renda, saúde e educação, reduzindo as privações. Isto indica que a “participação” e “liberdade” são variáveis importantes para o desenvolvimento dos países, e, portanto, devem estar presentes na pauta de políticas desenvolvimentistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema pobreza é motivo de intensos debates, o que favoreceu a evolução de uma abordagem multidimensional. A literatura aponta que mensurar a pobreza considerando diversos aspectos implica em arbitrariedade na escolha das dimensões consideradas, pois os “funcionamentos” (conquistas e realizações) importantes para a sociedade, que são constitutivos do bem estar, depende da diversidade de cada região, fortalecendo a importância dos fatores institucionais. Sen (2001) levanta que, além da renda, há outros funcionamentos essenciais para alcançar uma vida digna, como a maior longevidade e acesso ao conhecimento. Existem também funcionamentos subjetivos, como por exemplo, exercer a cidadania, se tornar representante da comunidade e exercer a consciência política.

Considerar outras dimensões para além da renda é o foco das abordagens mais recentes de mensuração da pobreza. A abordagem das necessidades básicas está associada com a promoção da liberdade, revelando um ponto vista mais humanista.. Liberdade para ter melhores condições de vida e bem estar engloba, por exemplo, acesso a saúde e educação, captando as oportunidades disponibilizadas a população. Portanto, é o enfoque que mais se aproxima da abordagem das “capacidades” de Sen.

A partir da perspectiva de que existem funcionamentos de natureza institucional que podem favorecer melhores condições de vida, reduzir a privação e atenuar a pobreza, e da observação de que a falta de voz, poder e representação são características da população pobre, torna-se relevante estudar como a governança se relaciona com a pobreza dos países, não apenas no seu enfoque absoluto, índice de incidência de pobreza e renda, mas também no conceito multidimensional, avaliada através das dimensões de saúde e educação. A investigação vai ao encontro das formulações do Banco Mundial, de que a maior participação dos pobres é uma estratégia eficaz contra a pobreza, ou seja, de que um ambiente democrático pode estar relacionado com maior desenvolvimento socioeconômico.

A boa governança refere-se à adoção da melhor maneira possível para administrar os recursos sociais e econômicos de um país. Existem diferentes tipos de indicadores que podem retratar a forma que os governos administram uma nação. Neste estudo, utilizaram-se como indicador de governança a variável voz e responsabilidade, buscando-se retratar um bom governo como aquele que cria um ambiente adequado para a maior inserção da população nas questões políticas, sua participação nas eleições, indicando ações que despertem a consciência

da sociedade sobre a importância do voto e de cobrar as propostas eleitorais dos eleitos, bem como a garantia da liberdade de expressão e de imprensa.

Os resultados, para os quatro modelos considerados, apontaram que o impacto da governança (voz e responsabilidade) é positivo sobre o indicador de saúde e negativo sobre a taxa de pobreza. Desta forma, um ambiente institucional caracterizado por maior participação da sociedade pode promover o desenvolvimento humano e colaborar para a redução da pobreza, conforme sugerido pela literatura. Reforçando o argumento apresentado pelo Banco Mundial, em suas formulações políticas, de que a participação pode reduzir a vulnerabilidade da população.

A renda é um dos fatores que privam o indivíduo de atender suas necessidades básicas ou funcionamentos essenciais, mas outros fatores sociais, políticos e institucionais também podem ser determinantes nessa dinâmica das privações e funcionamentos. Países com ambientes institucionais favoráveis à redução da pobreza, com “boa” governança, tendem a apresentar melhores indicadores sociais e econômicos. Elementos como a maior participação da população na dinâmica política e social e maiores níveis de liberdade são variáveis-chave para o processo de desenvolvimento e devem estar presentes nas formulações de políticas de combate à desigualdade e pobreza.

Na medida em que o conceito multidimensional da pobreza exige uma inserção de fatores “não-econômicos” nas análises, apresentar as associações entre variáveis econômicas, sociais e institucionais vai ao encontro da agenda mais recente de combate a pobreza. Os resultados aqui considerados servem como estímulo para futuras pesquisas, pensando na necessidade de maior capacidade de análise do ambiente institucional dos países, incorporando não só elementos formais (governança-Estado) como elementos informais (cultura, normas, valores), que juntos são a base para redução de conflitos sociais.

APÊNDICES

Apêndice A

Tabela A.1 Correlação simples

	TP	PIB	ESP	ALFB	GOV	DESP	CRESC
TP	1,0000						
PIB	-0,8516	1,0000					
ESP	-0,8279	0,7398	1,0000				
ALFB	-0,7338	0,7235	0,7122	1,0000			
GOV	-0,4007	0,5493	0,3987	0,3307	1,0000		
DESP	0,0033	0,0118	0,0335	-0,0599	0,1771	1,0000	
CRESC	0,6701	-0,6390	-0,6467	-0,6909	-0,3798	-0,0572	1,0000

TP: Taxa de incidência de pobreza

PIB: Logaritmo da PIB per capita

ESP: Esperança de vida ao nascer, total (anos)

ALFB: Taxa de alfabetização

GOV: Voz e responsabilidade

DESP: Despesa de consumo final das Administrações públicas

CRESC: Crescimento da população (% anual)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela A.2 Análise Descritiva- Dados em painel

Variável		Média	D. padrão	Mínimo	Máximo		Obs
	Overall		23,2768	0,0000	91,2100	N	359
Taxa de incidência de pobreza	Betwen	20,6578	23,3790	0,0210	84,1950	n	127
	Within		6,1210	-0,1356	46,6395	T-bar	2,8268
	Overall		1,5258	5,2713	11,8860	N	764
Logaritmo da PIB per capita	Betwen	8,4092	1,5453	5,3765	11,8860	n	195
	Within		0,1834	7,3469	9,0530	T-bar	3,9180
	Overall		9,6438	37,1899	83,6787	N	791
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	Betwen	68,6087	9,3759	43,8103	82,0209	n	200
	Within		2,1471	57,0642	78,3204	T	3,9550
	Overall		21,2258	12,8482	99,9983	N	353
Taxa de alfabetização	Betwen	79,6977	20,9612	18,4905	99,9983	n	156
	Within		3,4822	65,8756	93,5199	T-bar	2,2628
	Overall		0,9985	-2,2180	1,7225	N	807
Voz e responsabilidade	Betwen	-0,0291	0,9866	-2,1545	1,6184	n	204
	Within		0,1749	-0,8916	0,5841	T-bar	0,3956
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	Overall		9,2188	-5,3456	133,1520	N	719
	Betwen	16,0028	8,7718	2,1212	103,9737	n	187
	Within		2,6857	-10,7066	45,1811	T-bar	3,8449
	Overall		1,4709	-3,7067	14,9293	N	820
Crescimento da população (% anual)	Betwen	1,4588	1,2970	-1,2609	7,5930	n	205
	Within		0,6982	-3,2373	8,7951	T	4,0000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Apêndice B

Tabela B.1 Teste Shapiro-Wilk para normalidade

Modelo	Estatística	P- valor
Taxa de incidência de pobreza	3,865	Prob> z = 0,0000
Logaritmo da PIB per capita	4,401	Prob> z = 0,0000
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	5,495	Prob> z = 0,0000
Taxa de Alfabetização	6,398	Prob> z = 0,0000

Hipótese nula: Distribuição normal dos erros

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela B.2 Multicolinearidade

Variável	Pobreza		Renda per capita		Expectativa de vida		Taxa de alfabetização	
	FIV	1/FIV	FIV	1/FIV	FIV	1/FIV	FIV	1/FIV
Voz e Responsabilidade	1,9200	0,5209	1,2400	0,8088	1,2400	0,8069	1,1900	0,8392
Desp. Adm	1,8800	0,5308	1,0400	0,9654	1,0400	0,9634	1,0200	0,9783
Cresc. Populacional	1,6000	0,6256	1,2200	0,8195	1,2200	0,8189	1,1800	0,8442
D_ANO1	1,5900	0,6276	1,5100	0,6633	1,5100	0,6611	1,3600	0,7358
D_ANO2	1,2900	0,7732	1,5100	0,6603	1,5200	0,6581	1,4200	0,7062
D_ANO3	1,0900	0,9135	1,5200	0,6599	1,5200	0,6595	1,4100	0,7094
MÉDIA-FIV	1,5600		1,3400		1,3400		1,2600	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela B.3 Testes para escolha do modelo

Variável Dependente	Teste	Hipótese Nula	Estatística	Valor p
Índice de Pobreza	Breush Pagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chibar2(01) = 156,6300	Prob>chibar2 = 0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2(6) = 42,0800	Prob>chi2 = 0,0000
Renda Per capita	Breush Pagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chibar2(01) = 25,08	Prob> chibar2 = 0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2(6) = 97,50	Prob>chi2 = 0,0000
Expectativa de vida ao nascer	Breush Pagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chibar2(01) = 89,95	Prob>chibar2 = 0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2(6) = 66,55	Prob>chi2 = 0,0000
Taxa de alfabetização	Breush Pagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chibar2(01) = 60,16	Prob>chibar2= 0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2(6) = 40,86	Prob>chi2 = 0,0000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela B.4 Teste de Wald- Heterocedasticidade em grupo em modelos de Efeitos Fixos

Variável Dependente	Estatística	Valor p
Índice de Pobreza	chi2 (123) = 8.9e+32	Prob>chi2 = 0,0000
Renda Per capita	chi2 (185) = 9.5e+30	Prob>chi2 = 0,0000
Expectativa de vida ao nascer	chi2 (187) = 1.9e+30	Prob>chi2 = 0,0000
Taxa de alfabetização	chi2 (148) = 6.9e+31	Prob>chi2 = 0,0000

Nota - Hipótese nula: Ausência de heterocedasticidade
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela B.5 Teste de Woodridge para autocorrelação em dados de painel

Variável Dependente	Estatística	Valor p
Índice de Pobreza	F(1, 71) = 64,238	Prob>F = 0,0001
Renda Per capita	F(1, 176) = 245,589	Prob> F = 0,0000
Expectativa de vida ao nascer	F(1, 176) = 157,222	Prob> F = 0,0000
Taxa de alfabetização	F(1, 38) = 2,484	Prob> F = 0,1233

Nota - Hipótese nula: Ausência de autocorrelação
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Apêndice C

Tabela C.1 Análise dos dados da regressão- Modelo Pobreza

Variável	Obs	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>Base original</i>					
Taxa de incidência de pobreza	359	206,578	232,768	0,0000	912,100
Voz e responsabilidade	807	-0,0291	0,9985	-22,180	17,225
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	719	160,028	92,188	-53,456	1,331,520
Crescimento da população (% anual)	820	14,588	14,709	-37,067	149,293
<i>Base regressão</i>					
Taxa de incidência de pobreza	345	201,850	233,776	0,0000	912,100
Voz e responsabilidade	345	-0,2281	0,7372	-18,275	12,133
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	345	151,214	87,334	0,3236	1,073,174
Crescimento da população (% anual)	345	13,189	12,613	-14,040	61,012

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Tabela C.2 Análise dos dados da regressão- Modelo Educação

Variável	Obs	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>Base original</i>					
Taxa de alfabetização	353	79,6977	21,2258	12,8482	99,9983
Voz e responsabilidade	807	-0,0291	0,9985	-2,2180	1,7225
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	719	16,0028	9,2188	-5,3456	133,1520
Crescimento da população (% anual)	820	1,4588	1,4709	-3,7067	14,9293
<i>Base regressão</i>					
Taxa de alfabetização	332	79,6820	21,0784	12,8482	99,8959
Voz e responsabilidade	332	-0,3297	0,7975	-2,1800	1,2600
Estado de direito	332	-0,3394	0,7468	-1,8267	1,7825
Despesa de consumo final das administrações públicas (% do PIB)	332	14,9741	9,0380	-5,3456	107,3174
Crescimento da população (% anual)	332	1,7772	1,5992	-1,3679	14,9293

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Apêndice D

Tabela D.1 Resultados dos Modelos– Considerando POLS e Aleatório

Variável	Pobreza		Renda per capita		Expectativa de vida		Taxa de alfabetização	
	POOLED	EA	POOLED	EA	POOLED	EA	POOLED	EA
Voz e Responsabilidade	-5,9435*** (1,2946)	-8,0823*** (1,7358)	0,9948*** (0,0559)	0,1613*** (0,0409)	4,8822*** (0,3738)	2,1458*** (0,4236)	4,8162*** (1,4551)	2,8425** (1,4637)
Despesa da ADM Pública	0,1339 (0,1016)	0,0453 (0,1231)	0,0007 (0,0073)	-0,0027 (0,0030)	-0,0107 (0,0356)	-0,0251 (0,0408)	-0,0520 (0,1495)	-0,2102 (0,1539)
Crescimento Populacional	10,6117*** (0,8215)	4,8804*** (0,9804)	-0,0275 (0,0628)	-0,0083 (0,0105)	-1,3084*** (0,4489)	-0,0466 (0,1227)	-4,1864*** (1,5589)	-0,1623 (0,4346)
D_ano1	8,7679*** (2,5418)	9,8859*** (1,5059)	-0,3741*** (0,1211)	-0,3476*** (0,0233)	-4,6373*** (0,7734)	-4,5917*** (0,2419)	-8,0680** (3,1581)	-6,6812*** (0,8882)
D_ano2	7,9038*** (2,3150)	7,3310*** (1,1181)	-0,2488** (0,1233)	-0,2340*** (0,0165)	-3,2523*** (0,7863)	-3,2711*** (0,1876)	-6,8748*** (2,5635)	-3,8119*** (0,5020)
D_ano3	3,6370 (2,3322)	3,0904*** (0,8484)	-0,0788 (0,1265)	-0,0774*** (0,0088)	-1,3315* (0,7726)	-1,5202*** (0,0971)	-4,0500 (2,7885)	-3,1245*** (0,6316)
D_ano4	omitido	omitido	omitido	omitido	omitido	omitido	omitido	omitido
Constante	-2,6887 (2,3544)	7,2849*** (2,3172)	8,6796*** (0,1684)	8,6325*** (0,1200)	73,4089*** (0,9371)	71,4902*** (0,8937)	9,3901*** (3,3095)	87,6711*** (3,0317)
Obs	345	345	710	710	713	713	332	332
Teste F	46,9300	133,6300	95,9200	372,3900	75,8800	401,7900	13,6300	98,5900

***, ** e * correspondem a 1%, 5% e 10% de significância, respectivamente.

Fonte: Elaboração própria a partir das estimativas do modelo..

REFERÊNCIAS

BARDHAN, Pranab. **Institutions matter, but which ones?** Economics of transition, v.13, n. 3, p. 499-532, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** (In: HENRIQUES, Ricardo Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BAUM, Christopher F. et al. **Residual diagnostics for cross-section time series regression models.** The Stata Journal, v. 1, n. 1, p. 101-104, 2001.

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. **Economia do setor público no Brasil.** Elsevier, 2004.

BORGES, André. **Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.18, n. 52, p.125-217, 2003.

BRZEZINSKI, Michal et al. **The Chen-Shapiro test for normality.** Stata Journal, v. 12, n. 3, p. 368, 2012.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications.** Cambridge universitypress, 2005.

CEPPARULO, Alessandra; CUESTAS, Juan Carlos; INTARTAGLIA, Maurizio. **Financial development, institutions, and poverty alleviation: an empirical analysis.** Applied Economics, p. 1-12, 2016.

COMIM, Flavio; BAGOLIN, Izete P. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul.** Ensaios FEE, v. 23, n. Especial, 2002.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CUESTAS, Juan Carlos et al. **Do institutions alleviate poverty? New Empirical Evidence.** Economics Bulletin, v. 36, n. 1, p. 145-154, 2016.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. **Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio.** Economia Aplicada, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento.**

2009. Tese (Doutorado em Administração)- Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DRUKKER, David M. et al. **Testing for serial correlation in linear panel-data models**. Stata Journal, v. 3, n. 2, p. 168-177, 2003.

HASAN, Rana; MITRA, Devashish; ULUBASOGLU, Mehmet. **Institutions and policies for growth and poverty reduction: The role of private sector development**. ERD WorkingPaper Series, 2007.

HOLMES, M. et al. **Governança e Redução da Pobreza**. Versão preliminar para comentários. World Bank, 2001. Disponível em: <www1.worldbank.org/prem/poverty/portuguese/strategies/srcbook/gov0118.pdf>. Acesso em: 24. set. 2015.

JUNIOR, Santos Raimundo. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2016.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. **Governança e impactos nos mercados emergentes**. Revista GEPROS, n. 1, p. 143, 2012.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. **Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais: uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais**. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-152, 2005.

MACHADO, Kenys Menezes. **Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MACHADO, Kenys Menezes. **Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização**. Conjuntura & Planejamento, v. 155, p. 30-35, 2007.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades**. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOORE, Mick et al. **Polity qualities: How governance affects poverty**. 1999.

PERERA, LiyanageDevangi H.; LEE, Grace HY. **Have economic growth and institutional quality contributed to poverty and inequality reduction in Asia?** Journal of Asian Economics, v. 27, p. 71-86, 2013.

RACHED, Gabriel. **As Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial no Contexto das Transformações Internacionais**. 2008. Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil:afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. **Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004**. Nova Economia, v. 16, n. 2, p. 265-299, 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Record, 2001.

SILVA, Ana Maria Rodrigues; NEDER, Henrique Dantas. **Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil**. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO. 2010.

SILVEIRA, Fernando Gaigeret al. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil**. IPEA, 2007 (Texto para Discussão Interna n. 1278). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4533.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4933
TransparencyInternational. Disponível em: <<http://www.transparency.org/>>. Acesso em: 23.jan.2016.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Tradução José Antônio Ferreira; revisão técnica Galo Carlos Lopez Noriega. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WORLD BANK. **The World Bank Annual Report 1994**.Washington DC: World Bank, 1994.

_____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001-Luta contra a Pobreza**. Washington DC: World Bank, 2001.

_____. **Relatório Anual de 2013**. Washington DC: World Bank, 2013.

_____. **Poverty and Shared Prosperity**. Washington DC: World Bank, 2016. Disponível em
<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf.>>
Acesso em: 03.jan.2017.

_____. **The Worldwide Governance Indicators WGI**.Disponível em: <www.govindicators.org>Acesso em: 12.mar. 2016.

_____. **Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 12.mar. 2016.